



XV Fórum Municipal de Educação: interlocuções da pesquisa na Educação Básica
Secretaria Municipal de Educação de Novo Hamburgo – 24 de outubro de 2017

QUEM ENSINA QUEM? UMA EXPERIÊNCIA DE AMIZADE ENTRE COLEGAS E EDUCANDOS INCLUSIVOS

Gabriela Liliana Georg¹

Jeane Raquel da Silva²

Sandro de Oliveira³

O homem, na sua essência, é um ser inacabado, num processo contínuo de vir a ser, mediado pelo acesso às interações sociais. GADOTTI

Resumo

Neste trabalho propomos fazer uma incursão em uma turma de sexto ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Elvira Brandi Grin para observar os estímulos promovidos por uma educanda portadora de deficiência, conforme os CIDs Paralisia Cerebral Hemiplégica Espástica (G80.2), Outros Transtornos da Tireóide (E07), Autismo (F84) e Deficiência Visual (H53), nos demais colegas de sala de aula, ao longo dos diferentes períodos da semana. Tal objetivo visa nortear a metodologia de Estudo de Caso, com anotações em caderno de campo, registros fotográficos das ações pedagógicas, análise de discursos dos seus colegas e dos docentes envolvidos, assim como, familiares e demais profissionais que a atendem. Para dar sustentação teórica à temática, dialogou-se com autores que se voltam a discussão da Educação Inclusiva e das relações com os demais sujeitos, dentre os quais destacamos: Basil (2004), Meletti (2008), Ross (2002), Ferré (2001) e Silva

1 Graduada em Pedagogia ULBRA, Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional - UNINTER, Especialista em Gestão, Orientação e Coordenação Escolar – UNINTER. Professora da rede municipal de ensino, gabrielageorg@novohamburgo.rs.gov.br. EMEF Elvira Brandi Grin

2 Graduada em Educação Física – FEEVALE, Especialista em Prescrição de Exercício Físico – FEEVALE. Professora da rede municipal de ensino, jeanesilva@novohamburgo.rs.gov.br. EMEF Elvira Brandi Grin

3 Graduado em Ciências com Habilitação em Química – ULBRA, Especialista em Educação Ambiental – SENAC, Especialista em Metodologia de Ensino – ULBRA, Mestre em Educação – UNILASALLE. Professor da rede municipal de ensino, sandroliveira@novohamburgo.rs.gov.br. EMEF Elvira Brandi Grin



(2000). Como resultados podemos pontuar uma tormenta de emoções, demonstrada através das que seguem: aceitação, solidariedade, angústia, empatia, companheirismo, proteção, respeito entre outras, pois parece-nos muito tranquila a posição da turma no que diz respeito a esta educanda, inclusive, demonstram preocupação com o futuro da vida escolar. Quanto a estas preocupações apontamos a desvinculação da educanda e seus colegas/professores, assim como, a incerteza de que haverá um atendimento adequado/extraclasses/especializado com esta menina e a readequação na logística dos membros desta família. Podemos citar neste espaço que as principais conclusões deste trabalho são de uma complexidade maravilhosa, pois transita tanto no campo discente/docente/comunidade, entre muitas ressaltamos: as aprendizagens significativas para vida dos educandos desta turma, a necessidade de desacomodar as práticas pedagógicas dos professores, a resiliência deste grupo docente/discente/família, a resistência dos docentes em atuar de maneira diferenciada em sala de aula para suprir as diversas demandas e a necessidade de uma REDE socioassistencial atuante e engajada nestas Políticas Públicas.

Palavras-chave: Educação Inclusão; Vivências Escolares; Política Pública

CONTEXTUALIZANDO A TEMÁTICA

Relembrando as experiências educacionais das escolas da rede pública a uma geração anterior podemos perceber que os espaços escolares não eram locais de fácil visualização de crianças e adolescentes com deficiência. Nesta realidade, nos colocamos no lugar dos responsáveis e destes deficientes. Imaginamos as diferentes formas de sofrimento físico e psíquico, as discriminações, as angústias, as ansiedades, as frustrações e todos os percalços que permeiam a relação existente neste processo de ensino-aprendizagem onde os agentes envolvidos apresentam carências diferenciadas.



XV Fórum Municipal de Educação: interlocuções da pesquisa na Educação Básica
Secretaria Municipal de Educação de Novo Hamburgo – 24 de outubro de 2017

Desta forma, as demandas individuais de trabalho dos docentes aumentavam passando a ser mais complexas, uma vez que estes profissionais não possuíam formação adequada para atender esta nova população que adentrava a educação básica, na esfera pública.

Assim como o planejamento dos docentes ficava mais complexo, ajustes exigidos para as escolas e a rede pública, em geral, também se fizeram necessários e, posteriormente, tornam-se uma exigência e, por fim, uma Política Pública que culminou com a criação da lei 13.146/15, instituindo a Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Segue uma quantificação estatística dos dados nacionais referentes às matrículas dos educandos com deficiência e suas evoluções. Buscamos trazer à luz destes dados as novas demandas para estas crianças/adolescentes que em um passado recente eram invisibilizados por uma sociedade excludente e que não faz questão nenhuma de aceitar as diferenças como sendo uma oportunidade de crescimento pessoal e social.

Matrículas na Educação Básica e na Educação Especial Brasileira (2008 – 2012)			
Ano/Matrícula	Total de Matrículas na Educação Básica	Total de Matrículas na Educação Especial	%
2008	52.321.667	691.488	1,3
2009	52.580.452	639.718	1,2
2010	51.549.889	702.603	1,4
2011	50.972.619	752.305	1,5
2012	50.545.050	820.433	1,6

Quadro 1 – Número total de matrículas na Educação Básica Brasileira, número de matrículas na Educação Especial e correspondências destas em relação ao total de matrículas da Educação Básica, apresentadas em porcentagens. (Fonte: BRASIL, Sinopses Estatísticas)



Observamos no quadro 1, a redução nas matrículas da Educação Básica no segmento dos alunos que não são diagnosticados com deficiência/s, enquanto as matrículas dos alunos deficientes vem aumentando em proporções maiores. Neste cenário, podemos especular algumas possibilidades (porém, tal abordagem não será realizada pois não contempla a proposta deste trabalho). Assim sendo, Meletti nos apresenta um alerta de uma postura profissional que, tanto, os professores quanto os gestores apresentam, sendo esta uma postura de conflito e de poder.

A transformação será possível na medida em que os conflitos e as contradições desencadeados forem direcionados para uma ruptura dos condicionantes históricos de ineducabilidade da pessoa com deficiência mental. Para isso, é necessário que as transformações incidam sobre outros espaços sociais que não os institucionais. Ou seja, é preciso uma política e um Estado que não favoreçam exclusivamente as Instituições Especiais em detrimento da consolidação da educação desta população em outras instâncias educacionais. Nesse sentido, considero que não se trata de um processo de inclusão, mas sim de recuperar a busca de uma escola verdadeiramente democrática. (MELETTI, 2008, p.211)

A universalização do Ensino Fundamental traz uma ampliação na busca aos bancos escolares, no entanto, as matrículas, ditas regulares, diminuem. A redução na taxa de natalidade⁴ do Brasil ampara as considerações para esta redução nas matrículas na Educação Básica. O aumento dos familiares dispostos a buscar seus direitos, junto ao Ministério Público, corrobora para uma elevação dos índices nas matrículas da Educação Especial.

4 <http://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao/taxas-brutas-de-natalidade.html>



XV Fórum Municipal de Educação: interlocuções da pesquisa na Educação Básica
Secretaria Municipal de Educação de Novo Hamburgo – 24 de outubro de 2017

Número de Matrículas de Alunos Público–Alvo da Educação Especial					
Modalidade/Ano	2008	2009	2010	2011	2012
Escolas Exclusivamente Especializadas	242.982	199.257	172.016	156.385	168.488
Classes Especiais	73,969	53.430	46.255	37.497	31.168
Classes Comuns	374.537	387.031	484.332	558.423	620.777
Total	691.488	639.718	702.603	752.305	820.433

Quadro 2 – Número de Matrículas de Alunos – Alvo da Educação Especial Brasileira entre 2008 e 2012 (Fonte: BRASIL, Sinopses Estatísticas)

Quanto aos dados apresentados no quadro 2, iniciamos com o relato que na Rede Municipal de Educação em Novo Hamburgo as Classes Especiais não existem mais, serviram como uma proposta de gestão para que ocorresse a transição entre as Escolas Exclusivamente Especializadas e as Classes Comuns. O aumento nas matrículas das Classes Comuns contribui para a redução das matrículas nas Classes Especiais, e, também para uma diminuição de procura nas Escolas Exclusivamente Especializadas, acrescidas de novas matrículas do restante da população. Este aumento no efetivo educacional nas Classes Comuns também traz o crescimento na busca de vagas para a Educação de Jovens e Adultos – EJA.

Porcentagem de Matrículas de Alunos Público–Alvo da Educação Especial					
Modalidade/Ano	2008	2009	2010	2011	2012
Escolas Exclusivamente Especializadas	35,1 %	31,1 %	24,5 %	20,8 %	20,5 %
Classes Especiais	10,7 %	8,4 %	6,6 %	5,0 %	3,8 %
Classes Comuns	54,2 %	60,5 %	68,9 %	74,2 %	75,7 %

Quadro 3 – Porcentagem de Matrículas de Alunos – Alvo da Educação Especial Brasileira por modalidade de Matrículas entre 2008 e 2012 (Fonte: BRASIL, Sinopses Estatísticas)

Este processo de inclusão que estamos tentando demonstrar aponta para uma relativa ampliação das matrículas desta fatia de invisibilizados da população em idade escolar, contudo, vale a pena refletir sobre os interesses políticos e econômicos que transitam por esta seara, ou seja, em uma sociedade neoliberal como a nossa, onde a economia é regida e manipulada pelo mercado, percebemos a mobilizações dos gestores em possibilitar a implantação desta Política Pública com a intenção de captar os recursos financeiros que são destinados para a manutenção destas ações.

Entretanto, nas escolas devemos compreender que não basta ter este tipo de educando pelo simples fato de arrecadação municipal, e, sim, acreditar que tais indivíduos são passíveis de aprendizagem, mesmo que em momentos/ritmos diferente dos demais. Sobre esta banalização da Política Pública de Inclusão temos

Ainda que estigmatizados como inferiores na escala de valorização neoliberal da sociedade, sujeitos com necessidades especiais e instituições organizadas para atendimento de suas especificidades sociais, ambas são guiadas por interesses e forças políticas. Inclusive o “não fazer política” é um modo de fazê-lo. (ROSS, 2002, p.225)

Abaixo podemos comparar a evolução desta política, através das matrículas dos alunos a serem incluídos em ambientes comuns aos constituídos normais, historicamente.

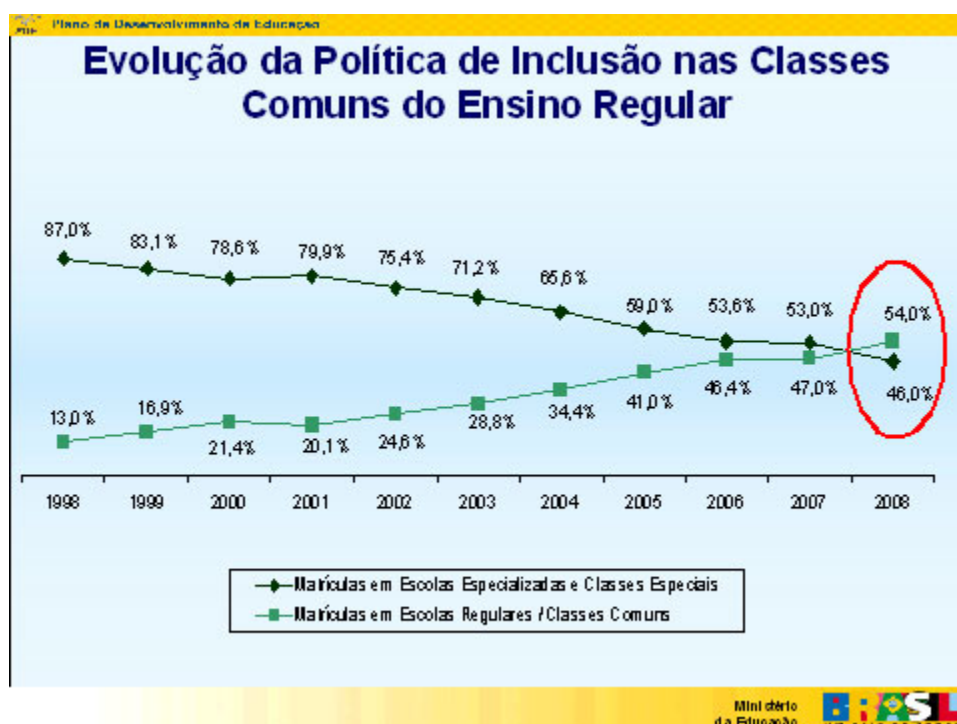


Imagem 1: PDE/MEC

Através desta incursão nos dados das matrículas efetivadas na Educação Básica e na Educação Especial (por meio das Escolas Exclusivamente Especializadas e das Classes Especiais) podemos contemplar a evolução de uma Política Pública de Inclusão que vem apresentando resultados satisfatórios, onde os educandos estão migrando das Escolas/Classes que tratam a inclusão como algo que deva acontecer isolado dos demais estudantes, privando a estes últimos das riquezas inerentes à convivência e à aprendizagem que somente esta aproximação pode proporcionar. Neste sentido, podemos divagar sobre os conceitos que permeiam a etimologia da palavra *diferença* e suas aplicações ao longo da história



[...]a diferença altera a serenidade ou a tranquilidade dos demais, nada há de tão perturbador como aquilo que a cada um lembra seus próprios defeitos, suas próprias limitações, suas próprias mortes; é por isso que as crianças e os jovens perturbam os adultos; as mulheres, os homens; os fracos, os fortes; os pobres, os ricos; os deficientes, os eficientes; os loucos, os cordados; os estranhos, os nativos[...] e, talvez, vice-versa. (FERRÉ, 2001, p.198)

No entanto, alguns pensadores têm por prática conciliar a noção de identidade com a noção de diferença, por crer que nossas diferenças constituem quem somos e quem viremos a ser. Esta concepção fica nítida ao observarmos Silva

A afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e excluir. Como vimos, dizer “o que somos” significa também dizer “o que não somos”. A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem está incluindo e quem está excluído. (SILVA, 2000, p.82)

Façamos nossas considerações à luz dos fundamentos apresentados, mas, sobretudo, a partir das práxis educacionais, ou seja, partamos de nossas práticas de intervenções tanto com “nossa Débora” como com os demais colegas deste espaço escolar, para isso vamos compreender as particularidades desta relação.

CONHECENDO UMA MENINA CHAMADA D⁵

O presente trabalho apresenta uma educanda com uma realidade complexa quanto a sua chegada neste mundo, realidade esta que a acompanha por toda sua história de vida. Esta mesma educanda vem servindo como estudo de caso, não como o objeto em si, mas, a consequência que sua presença, os cuidados que esta

5 Mantemos o nome verdadeiro da educanda em sigilo para garantir seu anonimato, portanto, deste momento em diante passamos a chamá-la de MENINA D.



necessita, os diferentes profissionais que acompanham a mesma nos espaços escolares e a metodologia de trabalho dos docentes da turma provocam reações e comportamentos diversos nos demais educandos desta turma.

Estas alterações no andamento dos trabalhos em sala de aula e as percepções dos colegas formam nosso objeto de pesquisa e nestas situações constitui nossa problemática para estudo: *“Em salas de aulas convencionais a presença de educandos com deficiência/s interfere de forma negativa no processo de ensino-aprendizagem dos demais educandos constituintes desta turma?”*

Tal problemática aflorou no período de início do ano letivo de 2017 onde nos reunimos pela primeira vez para elaborar os objetivos trimestrais para a educanda Débora e os demais colegas da sala de aula. Neste momento, surgiram dúvidas e anseios de como poderíamos atuar com esta aluna para que participasse, de forma efetiva, das aulas.

Após estas reflexões fomos lembrados de um conceito fundamental para compreensão da situação que se apresenta

[..]a criança com Paralisia Cerebral – PC não deve ser considerada como uma criança doente, mas como uma pessoa com características específicas, das quais decorrem necessidades especiais que pais, amigos, professores e especialistas diversos procuram atender da melhor maneira possível. (BASIL, 2004 p.2015 – 2016)

A partir deste esclarecimento, buscamos coerência nas ações pedagógicas com todos/as na turma. O primeiro passo foi construir um perfil deste novo “desafio”. Desta forma, seguimos informando que a Débora é uma menina prematura de trinta semanas, com parto em 2003, a prematuridade ocorreu devido a um gemelar natimorto e perda de líquido amniótico. No parto a avaliação de apgar fora 08 e 09 e sendo diagnóstico com a patologia de Paralisia Cerebral Hemiplégica Espástica (G80.2), Outros Transtornos da Tireóide (E07), Autismo (F84) e Deficiência Visual (H53).



Com a alta hospitalar teve início sua história de vida e superação, passando pelo Centro de Especialidades Médicas de Novo Hamburgo - SEMSAS, sendo acompanhada pelo neurologista, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, traumatologista entre outros. Passou pela Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD neste ambiente transitou pelo período mais extenso, oito anos. Neste período teve início a utilização de uma órtese na perna direita devido à rotação do quadril e do joelho. No entanto, nos atendimentos, particulares, junto da fisioterapeuta foi indicado a retirada desta, com o argumento de que não havia mais necessidade de permanecer com esta. Por ironia, no decorrer do ano de 2016 ao consultar com um especialista em quadril (indicado pelo traumatologista) a família chocou-se com o retrocesso da rotação, informado pelo profissional, e, com o indicativo de cirurgia que, neste momento, os responsáveis ainda analisam.

Tais comprometimentos físicos vêm sendo trabalhado nas aulas de educação física de forma satisfatória, já que em um comparativo entre a chegada e o momento atual da vida escolar da estudante demonstra, claramente, uma evolução. Neste sentido, apresentamos o depoimento da Professora desta disciplina

“Aos poucos fui lançando desafios para a MENINA D, como brincar com a bola, somente com as mãos e realizar atividades para fortalecimento dos músculos dos membros inferiores. Recordo que nas primeiras vezes que pedi para ficar em pé, suas pernas tremiam, não conseguia sustentar a posição por muito tempo. Pedia para sentar e tomar água. Foi com muito esforço, e aos poucos, foi aumentando o período que ficava em pé e passou a andar com auxílio. A emoção de vê-la andando sozinha sem auxílio nenhum, foi algo incrível, foi evidente a alegria, o sorriso solto nela a sensação de liberdade, em poder ir e vir como todos os colegas.”

A importância desta evolução diz respeito às angústias apresentadas por grupos de colegas em momentos de crise da atetose, neste sentido, trazemos algum conceito desta característica da PC



[...]quando uma criança que sofre de atetose inicia uma ação, desencadeia-se uma série de movimentos que tendem a imobilização, interferindo nela, os movimentos são incontroláveis, estremados e dissimétricos, vão da hiperflexão à hiperextensão. Costuma haver movimentos espasmódicos incontrolados e contínuos nos membros, na cabeça, no rosto e nos músculos envolvidos na fonação, na respiração, na deglutição, etc., que perturbam a vida da criança. (BASIL, 2004 p.217)

Esta descrição do conceito de atetose, demonstra momentos em que a estudante se encontra em crise e podemos especular que são os momentos de maior inquietude por parte dos colegas de sala e corpo docente, já que poucos neste ambiente sabem como agir.

Atualmente a educanda possui compreensão das expressões orais, mesmo não tendo desenvolvido esta faculdade dos sentidos, apresenta um “vocabulário simbólico” simplificado, onde encontramos referências a agentes afetivos de seu cotidiano, como, mamãe, papai, sim, não e coco (apelido dado a seu cavalo, este chamado garoto).

Em função do estímulo psicomotor, a educanda dispõe de mais autonomia na locomoção, fazendo uso da cadeira de rodas apenas nos intervalos, momento em que é acompanhada pela apoiadora em função de sua fragilidade corporal. Desenvolveu neste trimestre, autonomia em se levantar dos locais onde se encontra sentada, por conta própria. Percebemos que a postura ereta da coluna vem sendo fortalecida e que proporciona maior estabilidade para realizar práticas no solo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após discussões com demais colegas e com as impressões dos demais integrantes deste trabalho (professores, educandos, responsáveis entre outros) pudemos concluir, através das práxis pedagógicas que a Política Pública de Inclusão Escolar, ainda conduz a um desejo de reconhecimento destes estudantes invisibilizados ao longo da história da educação brasileira.



Percebemos que no “saldo acumulado” os educandos ditos normais aprendem muito mais com a presença dos educandos ditos inclusões. Percepções estas que se confirmaram no cotidiano da turma escolhida para o trabalho, o respeito sempre presente, a prontidão, o auxílio, o reconhecimento social, o cuidado, o se refazer diário (por parte da maioria dos professores), a tolerância entre outras condutas e ações que foram necessárias para que houvesse criação de um vínculo forte, para que a cumplicidade professor/educando/família culminasse na evolução psicomotora, assim como, cognitiva da MENINA D. Corroborando tal consideração apresentamos o depoimento de uma colega de classe a seguir: *Os alunos da nossa sala de aula interagem com as inclusões para mostrar a elas que, mesmo sendo diferentes, sempre vão ser aceitas pelos alunos.*

O certo é que muitas outras dúvidas ainda se fazem presentes sobre nossas conclusões parciais. Afinal, o estudo se deu sem um compromisso acadêmico, porém, com uma seriedade de mesma grandeza. Acreditamos que tais dúvidas são muito mais incertezas de uma realidade que a cada ano letivo apresentará índices mais significativos deste tipo diferenciado de aluno.

Com esta perspectiva citamos algumas destas dúvidas/incertezas: como se dará o futuro da educanda após este ano na escola, já que a mesma só tem até o sexto ano, ou seja, é uma Escola de Ensino Fundamental Incompleto, em pleno século XXI? Haverá escolas/espços públicos adequados para seu desenvolvimento psicomotor e cognitivo, nesta nova caminhada? Quais os transtornos que a família enfrentará mediante esta nova logística? Quais os novos desafios que nossa Débora vencerá em sua trajetória de vida?

Algumas convicções mantêm-se como certezas, a principal delas é que este novo perfil de educando altera/desacomoda os docentes no que tangem seus planejamentos, organização temporais, pluralidade de ações pedagógicas, resiliência com as adversidades, mas, sobretudo, a grata contribuição aos demais/tradicionais estudantes desta rede sobre lições de vida, formação de caráter, empatia e experiências, oportunidades estas que, provavelmente, não seriam experimentadas sem a presença destes indivíduos.



A riqueza acumulada ao longo destes anos de convivência/aprendizagens, estas sim significativas⁶ tanto para educandos e educadores, se refletem nos depoimentos citados no corpo deste “escrito”, assim como, nos demais que pela limitação nas laudas não incorporaram o trabalho.

Consideramos que a rede pública de ensino deve efetivar de forma mais ampla e sem perder a qualidade, os serviços e os espaços físicos que proporcionam uma atuação de forma mais efetiva na modalidade Educação Inclusiva. Reforçamos esta consideração com o fato de que nossa escola reflete a realidade de uma rede que ao longo dos anos não teve agilidade de se preparar, no que discorre sobre sua rede física para cumprir com as determinações das Leis de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDBEN, onde o Ensino Fundamental é dever municipal.

Compreendemos que tal processo de ensino-aprendizagem com este perfil de educando também perpassa pela saúde pública. Desta forma, não concebemos o distanciamento entre a escola, a rede socioassistencial e a saúde municipal. Que esta aproximação se faça ao longo do processo com reuniões para estudo dos casos, discussões e elaboração de um plano de ação onde o foco seja o indivíduo e não um grupo destes. O atendimento e a preocupação coletiva devem ser atribuídos às ações para criação e implementação de Políticas Públicas.

Sendo assim, não colocamos um ponto final no assunto, apenas apontamos para um conhecimento da realidade, orientação e dinamismo nas ações e um atendimento em REDE⁷. Afinal o cidadão/ã é um morador/a de Novo Hamburgo, onde transita, ocupa um território de pertencimento, a família movimenta a economia e recolhe impostos para que tais ações, desta citada REDE, possam ser efetivadas.

6 Fazendo alusão à David Ausubel, e ao conceito que apresenta a Aprendizagem Significativa como um processo por meio do qual uma nova informação relaciona-se, de maneira substantiva (não literal) e não arbitrária, a um aspecto relevante da estrutura de conhecimento do indivíduo.

7 Tratamos como REDE, os Órgãos Públicos de Saúde, Desenvolvimento Social, Educação, Judiciário, Ministério Público, CONDICA e afins.



XV Fórum Municipal de Educação: interlocuções da pesquisa na Educação Básica
Secretaria Municipal de Educação de Novo Hamburgo – 24 de outubro de 2017

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASIL, Carmen. **Desenvolvimento Psicológico e Educação: Transtornos de Desenvolvimento e Necessidades Educativas Especiais. Os alunos com paralisia cerebral e outras alterações motoras.** 2004, 2º Ed. p. 215 – 233. São Paulo.

BRASIL. **Lei 13.146/2015.** Estabelece a Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Legislação Federal

_____. **Lei 9.394/1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Legislação Federal.

_____. **MEC. SEESP.** Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. Brasília, 2008.

FERRÉ, Nuria Pérez de Lara. **Identidade, diferença e diversidade: Manter viva a pergunta.** In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos. Habitantes de Babe: políticas poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

MELETTI, S. M. F. **APAE educadora e a organização do trabalho pedagógico em instituições especiais.** Reunião Anual da ANPED, 2008.

ROSS, P.R. **Estado e Educação: Implicações do Liberalismo sobre a constituição da Educação Especial e Inclusiva.** Educar em Revista, n. 19, 2002, p. 217 – 227. Universidade Federal do Paraná.

SILVA, Tomaz Tadeu. **A Produção Social da Identidade e da Diferença.** In: SILVA, Tomaz Tadeu (org). Identidade e Diferença. Petrópolis: Vozes, 2000.